



A FASE pelo Brasil



Renda Mínima agora é lei em S. João de Meriti

A aprovação e implementação do programa de renda mínima pela Câmara Municipal de São João de Meriti resultou de um longo processo: foi formado um Comitê Pró-Renda Mínima, com entidades como o Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti, comunidades de base da igreja católica e outras entidades religiosas, representantes de movimentos negros e de mulheres, Conselheiros Tutelares e Municipais de Educação, Assistência Social e da Infância e Adolescência, além da Rádio Comunitária Onda Livre. Sob o slogan *Cidadania não rima com miséria*, foi desencadeada uma campanha em toda a cidade, com reuniões em diferentes locais e grandes mobilizações, visando uma audiência pública na Câmara dos Vereadores para apresentação do projeto de lei; distribuição de panfletos e adesivos; grande veiculação na mídia formal e comunitária, bem como de outdoors e o levantamento de cinco mil assinaturas em abaixo-assinado. Aprovado o projeto, um enorme ato político, contando com a presença do senador Eduardo Suplicy e de Dom Mauro Morelli, bispo católico de Caxias e São João de Meriti, além das diversas entidades componentes do Comitê Pró-Renda Mínima, ajudou no seu sancionamento. Mas

a publicação de sua regulamentação, em abril desse ano, não finaliza o processo.

A FASE, que, em parceria com o IPPUR da

UFRJ, assessorou o movimento popular em todas as fases da luta pela implantação e elaboração do Programa de Renda Mínima para São João de Meriti, vem de longe e sabe que um futuro uso eleitoreiro/clientelista, por exemplo, só poderá ser evitado, e o programa ampliado, com a constante mobilização do Comitê Pró-Renda Mínima e um bom funcionamento do Conselho Gestor do programa, previsto na lei.

Direitos. A lei, agora em vigor em São João de Meriti, estabelece que toda a família cujos membros tenham individualmente rendimentos abaixo de meio salário mínimo (R\$68,00), terá o direito de receber uma complementação de renda de R\$68,00. O programa beneficiará, inicialmente, cerca de 1.000 pessoas, com os recursos podendo atingir o teto de 2% do orçamento municipal, bem como receber aportes do governo federal, estadual e do setor privado. Além de redistribuir renda, o Programa de Renda Mínima promete diminuir a baixa escolaridade observada na região, visto que condiciona a entrega do benefício à frequência de 90% das aulas pelos filhos de 7 a 14 anos das famílias contempladas.



Sen. E. Suplicy (C), Dom Mauro Morelli (D) e o prefeito Antônio de Carvalho (E) no ato da assinatura da Lei da Renda Mínima em S. João de Meriti, RJ.

FASE
Rio
 Rua das Palmeiras 90, Botafogo
 CEP. 22270-070
 Tel: (021) 286-1441
 Fax: (021) 286-1209
 E-mail: urbana@fase.org.br

Plantão pela cidadania na Baixada

Voltado para toda a baixada fluminense, mesmo que com um núcleo mais atuante em São João de Meriti, o **Disk Mulher Baixada**, implementado por uma parceria da FASE com a Casa da Cultura de São João de Meriti e o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ/FASE), presta informações, através de um plantão telefônico, sobre todos os serviços públicos e comunitários existentes na Baixada Fluminense e na cidade do Rio de Janeiro, nas áreas temáticas de violência, saúde, Aids, creche e cidadania da mulher. Funcionando inicialmente de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, as centenas de chamadas recebidas, a maioria delas ligada ao tema da violência, já indicam a necessidade de criação de um plantão noturno e nos fins de semana.

Influir. A coordenação do serviço, constituída de mulheres e homens de entidades mistas e grupos de mulheres de São João de Meriti e interagindo permanentemente com os quadros da FASE na capacitação mútua em temas ligados



Uma pausa no programa "Mulheres nas Ondas da Rádio", transmitido pela FM 95,3 mhz.

a gênero e políticas públicas, assessora parlamentares municipais progressistas para influir na elaboração de políticas públicas de interesse da mulher; realiza campanhas em favor de iniciativas tais como o Cartão de Saúde da Mulher e da Gestante,

em funcionamento nos postos de saúde de São João de Meriti, e pela implantação de uma Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência, além de intervenções educativas como as realizadas através do programa da Rádio Onda Livre. A parceria com a Universidade - o Observatório de Políticas Públicas - ajuda, por outro lado, na constante sistematização de informações para a produção de indicadores sócio-econômicos que orientem ações de promoção da cidadania da mulher.



Carvoeiros: erradicar o trabalho infantil

Premiado pela Comissão de Direitos Humanos do parlamento estadual capixaba, o projeto *Carvoeiro Cidadão*, desenvolvido pela equipe da Fase no

Espírito Santo, além de beneficiar 400 famílias com a obtenção de documentos, vacinação de crianças, *Natal sem Fome*, cestas alimentares, atividades lúdicas, atendimento médico de emergência em acidentes nos fornos e capacitação em temas como planejamento familiar, alimentação alternativa, gênero, geração de emprego e renda, cooperativismo solidário e associativismo – com a formação da primeira cooperativa de carvoeiros do país –, contribuiu, de forma decisiva, para a erradicação/fiscalização do trabalho infantil em todo o norte do estado. E não apenas no setor do carvão, mas no de produção de cana-de-açúcar, mamão, café, maracujá...

Protagonista na constituição do *Pacto e Plataforma de Economia Solidária*, uma rede de instituições, entidades e movimentos reunidos em torno da temática dos carvoeiros, a equipe local da FASE, hoje, assessora três fóruns inter-municipais sobre a exploração do trabalho e da prostituição infantis no norte do estado. Estabeleceu conexões importantes com atores sociais do sul

da Bahia e Maranhão, onde também se concentram trabalhadores do carvão vinculados a pólos florestais-

celulósicos, constituindo-se em referência nacional para os pesquisadores e interessados de maneira geral em assessoria e consultoria no mapeamento e atenuação de impactos do manejo florestal.



Passivos sociais no Norte do Espírito Santo.

Crítérios. A ampla divulgação dos produtos deste trabalho na mídia local e nacional – TVs Cultura e Gazeta (sistema Globo), jornais como o Jornal do Brasil, Folha de SP, Gazeta, Tribuna e em rádios como a CBN, Bancários e São Mateus – impactou fortemente o sistema judiciário trabalhista do Espírito Santo, o ministério público federal e estadual atuante na área do trabalho e do meio ambiente, a Delegacia Regional do Trabalho e a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania. Cobradas, além de na mídia, em audiência pública no parlamento estadual quanto aos seus passivos sociais junto à população carvoeira, as empresas florestais, por sua vez, passaram a criar critérios mais rígidos, exigindo dos *gatos*, donos de carvoaria, equipamentos de proteção e proibição da entrada de crianças em seus estabelecimentos.



Carvoaria em São Mateus: proibido crianças!

FASE
Vitória
 Rua Graciano Neves,
 377 2º andar
 CEP - 29015-330
 Tel: (027) 2237436
 Fax: (027) 3226330
 E-mail: fase@nutecnet.com.br

Exclusão e pobreza na região do cacau

Setecentas pessoas alfabetizadas em cinco municípios da região de Itabuna, na Bahia, capacitação de mais de 900 pequenos produtores rurais e trabalhadores urbanos em associativismo e alternativas de geração de emprego e renda, 1.030 cursistas do projeto *Formação de Formadores* em educação profissional para o meio rural e treinamento de 150 lideranças de associações, movimentos populares e ONGs em temas como políticas públicas, geração de emprego e renda, associativismo, desenvolvimento local e diagnóstico de qualidade de vida: em 1998, a intervenção educativa da FASE teve de responder à confirmação da decadência da monocultura cacauieira e aos enormes estragos levados às plantações pela doença *Vassoura de bruxa*, com o desaparecimento de milhares de postos de trabalho na cadeia produtiva da monocultura cacauieira e o aumento do contingente de excluídos amontoados nas periferias urbanas da região.

Resgate. Animadora de entidades e ativistas em 15 municípios, a FASE Itabuna acompanha pequenos projetos econômicos e articula redes e parcerias que



Cooperativa de produção de cerâmica.



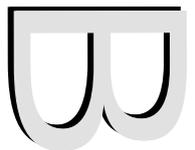
Treinamento para participação popular em políticas públicas de emprego e renda.

fortalecem o resgate da cidadania e a troca de experiências entre atores que lutam contra a exclusão social, convencida de que a sistematização didática e a disseminação de informações sobre a realidade sócio-econômica local e regional ampliam o conhecimento sobre as causas dos problemas sociais enfrentados e facilitam a intervenção de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, pastorais sociais e movimentos comunitários nos espaços públicos que interferem na qualidade de vida da maioria da população.

Antes isolados, posseiros e pequenos produtores rurais podem contar com a FASE na qualificação de suas associações, não só para defender terras recém conquistadas, mas, também, para reivindicar políticas públicas que viabilizem sua sobrevivência, como crédito, assistência técnica e extensão rural, garantidas por fundos públicos, assim como na condução de projetos comunitários que reforcem a autonomia econômica desses pequenos produtores, através da agro-industrialização (p. ex., Casas de Farinha), do aproveitamento industrial de recursos locais (cerâmica etc.) ou da instalação de infra-estrutura (poços artesianos e energia elétrica, entre outros).

Itabuna

Rua Rio Branco, 93 Califórnia
CEP 45600-000
Tel: (073) 6139129
Fax: (073) 6139076
E-mail: faseba@nuxnet.com.br



Povo influi no orçamento

O Programa Regional FASE-NE tem como base geográfica de sua intervenção o estado de Pernambuco, mais especificamente as cidades do Recife e Palmares, na Mata Sul. Tendo como pressupostos o ideário das reformas urbana e agrária,

a Agenda 21, a Plataforma da Economia Solidária e visando auxiliar na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, especialmente daquelas direcionadas às populações de baixa renda, historicamente aliadas do processo de desenvolvimento, a FASE combina, também no Nordeste, várias estratégias: 1) parcerias com diferentes segmentos sociais (ONGs, universidades, parlamentares e instituições governamentais); 2) capacitação de lideranças e dirigentes dos movimentos populares e sindicais; 3) fortalecimento de fóruns e redes de articulação da sociedade civil e; 4) fortalecimento dos canais institucionais de participação.

Fortalecimento. Nessa perspectiva, atua no programa *Orçamento Participativo* implementado pela Prefeitura do Recife, onde, articulada com outras ONGs e com a Secretaria de Políticas Sociais, desenvolve atividades de capacitação e produção de recursos pedagógicos (cartilhas, jornais e vídeos) junto aos 470 delegados populares eleitos como representantes dos 94 bairros da cidade. Quanto ao fortalecimento de fóruns e redes de articulação, atua no Fórum Estadual de Reforma Urbana; na Articulação Regional Nordeste de Reforma Urbana - Fórum NE de Participação Popular; nas Administrações Municipais e;

no Grupo de Articulação Cidadania Popular (GACIP), que congrega quatro ONGs interessadas no monitoramento da Câmara Municipal do Recife.



Implantação de drenagem na favela Vila da Paz-Zeis Torrões, PE.

Cidade para todos

No Recife, o centro da intervenção da FASE é o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social, PREZEIS, que engloba 740.000 habitantes nas 66 ZEIS da cidade.

A FASE participa de suas diversas instâncias de gestão, inclusive da Coordenação do Fórum dos PREZEIS, onde representa o conjunto de ONGs, sendo a única que possui em seus quadros arquitetos que contribuem, na Câmara de Urbanização do PREZEIS, para a formulação e monitoramento das ações urbanísticas - drenagem, esgoto, pavimentação, abertura de sistema viário, contenção de morros e construções de moradias e escadarias - que estão sendo implantadas em 17 ZEIS, beneficiando cerca de 137 mil moradores.

Recife
 Rua Viscondessa do Livramento,
 168 Derbi CEP 52010-060
 Tel: (081) 2215478
 Fax: (081) 4233826
 E-mail: fasene@elogica.com.br



2º ciclo de capacitação de lideranças comunitárias do Prezeis.

A FASE integra também a Câmara de Legalização, que formula diretrizes e monitora as ações de regularização fundiária do PREZEIS, e

ainda o Grupo de Trabalho de Emprego e Renda, que elaborou as orientações do PREZEIS nesta área temática. Assessora também as Comissões de Urbanização e Legalização (COMULs) das ZEIS Torrões (Zona Oeste) e Greve Geral (Zona Sul). Na ZEIS Torrões, monitora a implementação do plano urbanístico, que compreende ações de drenagem, saneamento, abertura do sistema viário e construção de moradias, beneficiando diretamente 1.300 moradores residentes nas favelas de Asa Branca, Malvinas e Vila da Paz. Na ZEIS Greve Geral, acompanha o processo de regularização fundiária em curso, que beneficiará cerca de 800 moradores dessa comunidade.

Mata Sul: lugar de criança é na escola

A FASE integra o Fórum Estadual e a Comissão Municipal de Palmares pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Profissionalização do Adolescente, monitorando a implementação do Programa Bolsa Escola na região. Em muitas comunidades e assentamentos dos 21 municípios integrantes da Mata Sul, onde o Bolsa Escola vem sendo implementado, as ações de apoio alimentar e reforço educacional têm sido a única alternativa de sobrevivência para as famílias

beneficiadas. O acompanhamento que a sociedade civil vem realizando sobre esse programa, cujas ações são coordenadas pelas prefeituras, vem se constituindo num elemento novo, de forte significado político e cultural na região. Na Mata Sul, o número de famílias atendidas é de 14 mil, beneficiando diretamente cerca de 26 mil crianças e adolescentes. Em Palmares, são 1.640 famílias atendidas, beneficiando diretamente um universo de 3 mil crianças e adolescentes.

O programa Bolsa Escola implementado na Mata Sul, assim como o programa Renda Mínima tornado lei em São João de Meriti no Rio de Janeiro, inspirados em projeto do Sanador Suplicy e no programa do governo Cristóvan Buarque no DF, inscrevem-se numa longa tradição de envolvimento da FASE com a assistência imediata às crianças carentes. Registrada nos Conselhos Municipal, Estadual e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fundadora de Se Essa Rua Fosse Minha (ONG de atendimento a crianças de rua), a FASE, desde 1972, tem o programa Mais uma Criança na Escola – MUCE, que chegou a ter mais de 3.000 padrinhos brasileiros que contribuíam com recursos que eram repassados para as famílias que tinham o compromisso de manter a criança na escola. Hoje o programa está

deslocando a sua área de atuação para Jardim Metrópole em São João de Meriti, para agir de forma mais concentrada. A FASE também representa a National Catholic Women – NCCW, no programa Help a Child da Catholic Relief Services – CRS. Neste programa é a comunidade que escolhe as crianças que vão receber o benefício e parte do dinheiro fica para a própria comunidade.



Amazônia: inclusão e qualidade de vida

Campeã em concentração de renda, recordista na violência contra trabalhadores rurais, indígenas, religiosos e demais defensores dos direitos humanos, superando o Nordeste no índice de desnutrição entre as crianças e na rabeira dos índices de cobertura do saneamento básico de todos os estados brasileiros, a Amazônia tem todos os motivos para reunir, no Pará, o maior programa regional da FASE, que conta com uma equipe de 22 técnicos e uma sede própria inaugurada no seu 31º ano de funcionamento.

Seu Núcleo de Cidadania e Políticas de Reforma Urbana desenvolve, contra este quadro desigual e gerador de pobreza, três linhas de ação:

Democratização do Orçamento Público. Forma lideranças populares e fortalece movimentos e organizações sociais, concentrando-se em três regiões do estado do Pará: em Belém, na Região Administrativa do Benguí, onde nove bairros e 20 organizações populares realizam o *Programa de Formação de Multiplicadores sobre Orçamento Público*; em 12

municípios no nordeste paraense, onde, em parceria com o Movimento de Mulheres daquela região, o MMNEPA, luta-se pela inclusão de demandas das mulheres nos orçamentos municipais; e no sudeste do Pará, com a participação de organizações populares e sindicais de cinco municípios.

Monitoramento de Políticas Urbanas, Gestão Municipal e Fortalecimento de Atores Populares.

Em parceria com diversos atores, entre eles o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém, a Secretaria Municipal de Habitação de Belém, o Sindicato dos

Urbanitários e o Movimento Unificado em Defesa dos Projetos de Saneamento/MU, capacita lideranças e realiza campanhas, como a



Canal construído pelo Projeto de Macrodrenagem em 1998.

da criação do Fórum e do Conselho Municipal de Habitação, e debates sobre a municipalização da prestação dos serviços de saneamento na capital, além de um projeto de desenvolvimento local denominado "Sacramenta 2000". E, em parceria com o Observatório da Cidadania do Fórum da Amazônia Oriental/FAOR, monitora projetos de saneamento que contam com recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID na Região Metropolitana de Belém.

Gênero. Em parceria com o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, com o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia e com o Grupo de Mulheres do Benguí, capacitou, entre lideranças populares, profissionais, voluntários de organizações sociais e técnicos de instituições governamentais, cerca de uma centena de quadros que passaram a integrar as chamadas questões de gênero em suas ações.



Lugar para as mulheres nos orçamentos municipais. Sudeste do Pará.

Pará

FASE

Belém

Rua Bernal do Couto, 1329 Umarizal
CEP 66055-080
Tel: (091) 2420318
Fax: (091) 2415310
E-mail: fase-bel@amazon.com.br

Fundos Públicos para quem precisa

Na Amazônia, as políticas e os fundos públicos costumavam favorecer os *Grandes Projetos* agropecuários, de mineração, de infra-estrutura e colonização, através de subsídios e incentivos fiscais governamentais a modelos produtivos depredadores do meio ambiente e reprodutores de desigualdades e conflitos sociais. Esta concepção de desenvolvimento reserva aos produtores rurais familiares, quando muito, políticas compensatórias que tampouco se preocupam com os seus impactos sócio-ambientais. Nos anos 90, o acesso de mini e pequenos produtores rurais ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) – um fundo financeiro criado pela Constituição de 88, com recursos da União, para programas de financiamento de setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste -, através das mobilizações dos Gritos do Campo e dos Gritos da Terra, tornou-se uma das bandeiras de luta centrais do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) na região. Este movimento contou com o apoio de entidades confessionais, de ONGs e da FASE, mobilizada desde 1960 contra os modelos excludentes de desenvolvimento e, por conseguinte, sempre ao lado dos índios, seringueiros, sem-terra, posseiros, pequenos agricultores, extrativistas, atingidos por barragens e outra vítimas desses modelos na região. Como resultado dessa luta, de 1989 a 1997, foram beneficiados, pelo crédito, 60.024 mini-produtores da região Norte, 27.611 só no Pará, representando 40% do total dos valores financiados pelo Fundo.

Responsável pela intervenção da FASE junto aos Gritos da Terra e pela apropriação adequada do FNO, o Núcleo *Manejo de Recursos Naturais e Produção Agroflorestal de Base Familiar*, da FASE Pará, divide-se em três linhas de ação:

Fortalecimento das organizações camponesas

e políticas de desenvolvimento rural através do monitoramento de políticas públicas para a região, pesquisa do impacto destas políticas, assessoria às organizações dos produtores rurais familiares, capacitação de lideranças, elaboração de material pedagógico e apoio à constituição e fortalecimento de Redes e de Esferas Públicas Não-Estatais;

Produção rural ecológica e manejo sustentável com assessoria a Projetos Demonstrativos de organizações de produtores de experimentação agroecológica e difusão destas práticas; e

Verticalização da produção, abastecimento e consumo popular através de assessoria e apoio ao desenvolvimento de experiências de beneficiamento e comercialização.



Caminhada em Tucuruí

Desenvolvimento amigo das águas e florestas

Os 300 quilômetros que separam, em linha reta, Gurupá de Belém, no Pará, podem enganar os desavisados: os cerca de 21 mil habitantes desses 9309 km² de ilhas paraenses, no estuário do rio Amazonas, precisam de pelo menos 24 horas para alcançar a capital do estado, de muito esforço para adaptar-se às constantes mudanças na fisionomia de seu ambiente, provocadas pelo regime de chuvas e marés, e de muita determinação para sobreviver e construir alternativas no interior do modelo excludente imposto pelos rumos atuais da globalização.

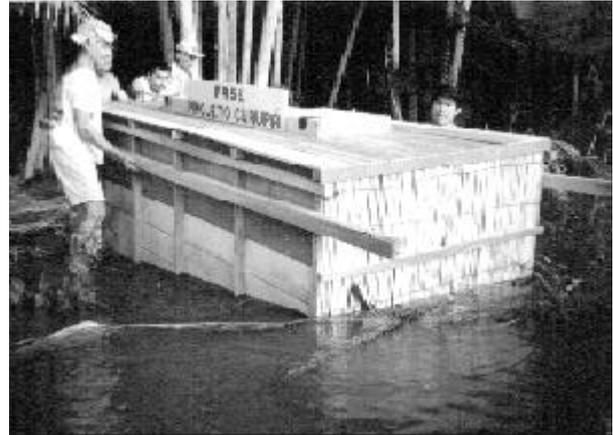
Os 17 profissionais do Projeto Demonstrativo Gurupá, coordenado pelo programa regional da FASE no Pará e realizado em parceria com instituições públicas e não governamentais, sabem disso. Atuam, desde 1997, junto à cerca de 600 famílias, em 20 das 64 comunidades do município vivendo, sobretudo da pesca e da extração da madeira, do palmito e do açaí, contribuindo para a definição de diretrizes de desenvolvimento atreladas à cultura local e de geração de trabalho e renda com conservação ambiental e qualidade de vida. Este trabalho ajudou em conquistas importantes, tais como:

- incremento em 15% da safra de açaí e da qualidade do palmito nas áreas manejadas, assim como na qualidade e em 20% do valor recebido pelos produtores de farinha de mandioca;
- certificação florestal e orgânica do palmito em conserva, licor e doce de açaí;

- inserção do manejo comunitário no código florestal brasileiro e incentivo à produção manejada de madeira, com aumento de potenciais empresas compradoras;

Projeto Gurupá

Travessa Quintino Bocayuva 1259, Nazaré, Belém CEP 66053-240
Tel: (091) 223 4628
Fax: (091) 242 4341
E-mail: gurupa@amazon.com.br



Gaiola para engorda de camarão - Furo dos Periquitos.

- incentivo à regularização fundiária em áreas de quilombo, reservas extrativistas e várzeas e constituição de cooperativa de comercialização;
- fundo de crédito para 50 famílias e projetos para manejo de açais do FNO/PRODEX para 140 famílias;
- implantação de gaiolas em rio para a criação de camarão em cativeiro e comercialização atual de uma tonelada/mês para Manaus, com incremento em 50% do valor recebido pelos produtores e implantação de *Casa Familiar Rura*, para a educação básica e profissional de jovens.
- realização da Feira Municipal Anual da Produção Artesanal das Mulheres Gurupaenses e do *Seminário Consulta de Gurupá: comercialização de produtos explorados de forma sustentável*, com a participação de 166 pessoas oriundas de 83 países;
- desenvolvimento de programa de monitoramento de impactos ambientais geo-referenciados.



Curso de manejo de açais nativos no rio Marajói.

Agricultura ecológica dá certo

Em meio à busca das razões dos atuais estrangulamentos na estratégia de desenvolvimento da produção familiar na Amazônia é alentador observar algumas experiências em agricultura alternativa desenvolvidas no Pará. Estruturadas e conduzidas com o apoio da FASE desde a década passada, em Ourém, município situado no centro da região Nordeste Paraense e localizado à margem do Rio Guamá, a extinta FASE-Capanema associou-se à MANITESE, ONG italiana, para ajudar a criar a Associação de Mini e Pequeno Agricultores 25 de Julho e em Abaetetuba, à 55 km em linha reta de Belém, no estuário do Tocantins, a equipe local da FASE, na busca de alternativas agrícolas adequadas às condições locais da produção familiar, apoiou a estruturação do Centro de Treinamento e Tecnologias Alternativas Tipiti. Plantadas em regiões de antigo povoamento e densidade demográfica incompatível com o sistema tradicional de queima-roça-pousio, ambos os centros apoiaram-se no trabalho de mutirão de seus associados para encontrar soluções que revertissem o ciclo de empobrecimento e degeneração dos recursos naturais.

Desafio. Atendendo às demandas dos produtores, as duas experiências começaram desenvolvendo módulos demonstrativos de consórcios de fruteiras, substituindo culturas temporárias por cultivos permanentes. O desafio era obter rendimentos com custos reduzidos e uso mínimo de insumos



Experiência de agricultura sem queima no Tiatí



Monitores formam rede de difusão de tecnologias

e equipamentos modernos. A simples observação dessas experiências ensinou que dificilmente os consórcios obteriam uma dinâmica sustentável, seja pela intensidade de mão-de-obra requerida para dominar as ervas invasoras, seja pela dificuldade de reposição, mediante a adubação orgânica, das perdas energéticas. Além do mais, os produtos obtidos, estrategicamente voltados para o mercado, deparavam-se com uma perda relativa dos preços.

Com a obtenção do crédito para a fomento desses consórcios de fruteiras e a verticalização da produção como saída para a agregação de valor para os produtos desses consórcios, restavam respostas quanto à minimização dos riscos na estratégia da produção e à sustentabilidade ecológica e econômica desses sistemas. A resposta veio com a diversificação na intervenção no sistema de produção: inseridos nos respectivos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Atualmente, o Centro Tipiti desenvolve hoje experimentos participantes voltados para os principais subsistemas presentes na realidade camponesa de Abaetetuba - o açaizal nativo ou plantado em consórcio, nas várzeas; os quintais agroflorestais; a roça com pousio melhorado e sistemas agroflorestais sem queima da capoeira e consórcios de fruteiras em terra firme- e, no mesmo sentido, a Escola 25 de Julho, avança implantação de alternativas desenvolvidas através da adubação verde e proteção dos solos com leguminosas rústicas e agroflorestação.

Belém

Rua Bernal do Couto, 1329 Umarizal
CEP 66055-080

Tel: (091) 2420318

Fax: (091) 2415310

E-mail: fase-bel@amazon.com.br

Respeito ao outro na agricultura familiar no Vale do Guaporé

A formação e a assessoria prestada diretamente pela FASE a mais de mil pequenos lavradores sindicalizados e associados do sudoeste de Mato Grosso, desde 1987, deu suporte e consolidou-se, em 1995, em um primeiro Plano de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Vale do Guaporé que, até 1998, implantara:

- um programa de pesquisa e experimentação;
- um programa de fomento à produção;
- um programa de apoio ao beneficiamento e comercialização e;
- um programa de formação familiar.

O trabalho iniciado com o agrupamento das famílias, visando sua organização e cooperação, resultou na criação de associações comunitárias articuladas entre si, dando origem, já em 1989, ao Movimento de União dos Lavradores. Em 1991, foi criado o Centro de Tecnologias Alternativas, CTA - que, em 1992, transformou-se em associação, ACTA -, para demonstrar tecnologias de produção agroecológica e difundir conhecimentos sobre o melhor manejo entre os agricultores familiares e as associações.

Para beneficiar e comercializar a produção através da manutenção das feiras permanentes de Vila Bela e Pontes e Lacerda, foi criada, em maio de 1992, a Central das Associações que, cobrando taxas por serviços prestados, operacionaliza

FASE
Cáceres
 Rua 06, Quadra 03, Casa 18,
 Monte Verde,
 CEP 78200-000 Cáceres
 Tel/Fax: (065)223-4615
 E-mail: fasecac@nutecnet.com.br



Feira promovida pela Central das Associações.

as vendas e, hoje, filia 22 associações, dos quatro municípios do Vale do Guaporé, reunindo mais de 550 famílias.

Injustiça. Um estudo de caso, elaborado no Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, FORMAD, diagnosticou um grande desequilíbrio e injustiça nas relações entre homens e mulheres na agricultura familiar, justificando a incorporação da questão do gênero ao tema da agricultura ecológica e sustentável que norteia o trabalho educativo desenvolvido pela FASE na região, ou nas parcerias que desenvolve com a Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Universidade do Estado de Mato Grosso, Unemat, e com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, Empaer.



Fundação da Central das Associações que reúne 22 associações de agricultores familiares, 1992.

